



Um podcast original da Rádio Novelo

Episódio 20

Importação e exportação

Branca Vianna: Está começando mais um episódio do Rádio Novelo Apresenta. Eu sou a Branca Vianna.

Você conhece aquela expressão "tipo exportação". Em princípio, ela quer dizer que um produto foi fabricado ou foi selecionado sob medida pro gosto de quem vai importar, de quem vai comprar. Só que aqui no Brasil, muitas vezes, quando a gente fala de "café tipo exportação", "carne tipo exportação", a gente tá falando de coisas que a gente faz com mais capricho. Tipo: o bom, o excelente não é pra gente. É pros outros países.

Esse fluxo de exportação e importação é algo que geralmente interessa pros dois lados. Um lado tá recebendo um produto de qualidade, e o outro tá ganhando dinheiro. Todo mundo sai feliz.

Só que nem todos esses acordos terminam assim. Aliás, nem sempre existe, de fato, um acordo entre quem tá exportando e quem tá importando. O episódio dessa semana começa com uma história que é, ao mesmo tempo, um case de sucesso, e um tremendo problema.

Branca Vianna: Eu não sei nada dessa história. Eu sei que a gente vai falar de abelha.

Sarah Azoubel: Sim.

Branca Vianna: E eu acho que a gente vai falar de uma injustiça também, né?

7

Sarah Azoubel: Um pouco.

Branca Vianna: Quem me contou essa história foi a Sarah Azoubel. Ela é bióloga e passou mais de dez anos trabalhando com genética e biologia molecular antes de trocar as pipetas pelos microfones. Hoje em dia ela faz podcast, mas tá aqui pra falar de um geneticista.

Sarah Azoubel: Bom, essa história começa lá atrás, em 1956, quando esse cientista que se chamava Warwick Kerr – ou então, às vezes as pessoas falam Warwick Kerr. No geral, aqui no Brasil, o pessoal chama ele de professor Kerr, porque acho que facilita as coisas.

Branca Vianna: Apesar desse nome com toda pinta de gringo, o Warwick Kerr era brasileiro. Na época dessa história, 1956, ele tinha 34 anos e era professor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro, no interior de São Paulo. Essa faculdade depois ia virar uma das unidades da UNESP, a Universidade Estadual Paulista. O Kerr, além de geneticista, era agrônomo e entomólogo – que é alguém que estuda insetos. E ele tinha um interesse especial pelas abelhas. Aí, juntando essas três especialidades, ele era o homem certo era o lugar certo no lugar certo pra resolver um problema que a gente estava tendo aqui no Brasil. As nossas colmeias não estavam se saindo muito bem na produção de mel.

Sarah Azoubel: Porque aqui no Brasil o que a gente tinha eram abelhas de origem europeia, que na verdade não se adaptavam bem ao clima tropical. Então elas já tinham vindo de um tempão atrás, séculos atrás, desde a colonização, já tinha trazido várias vezes e em vários lugares das Américas. Mas enfim, aqui nas partes mais quentes, elas tipo não gostavam, não iam muito bem.

Branca Vianna: O que o Brasil precisava era de algum tipo de abelha melífera que se desse bem por aqui. Que se adaptasse melhor ao clima quente do que a variedade europeia e fizesse a nossa apicultura deslanchar. E a solução parecia tá no continente africano.

Sarah Azoubel: A África tem essa mesma espécie de abelha que tem na Europa, só que é uma variedade um pouco diferente. E na África, como é um continente quente, com o clima e com regiões com clima mais próximo do que a gente tem no Brasil, tinha abelhas muito mais produtivas no clima que seria mais aproximado ao nosso.

Branca Vianna: Então, a ideia era trazer algumas abelhas da África pra cá. Mas não era um plano de importação pura e simples. Era um plano de melhoramento genético. O Kerr queria coletar uma porção de abelhas africanas, trazer pra cá e cruzar com as europeias que já viviam aqui. Mas tudo isso de um jeito supercontrolado, pegando as melhores características de cada uma pra gerar uma variedade híbrida. Uma versão que fosse prosperar por aqui. Então ele partiu pra África.

Sarah Azoubel: Ele passou por vários países diferentes. Então eu sei África do Sul, Moçambique, Angola e Tanzânia, pelo menos esses países.

Branca Vianna: Nessa viagem, ele acabou coletando mais de cem abelhas africanas. Elas iam ser trazidas pro Brasil pra começar uma vida nova, fundar novas colônias que iam ser usadas naquele projeto de melhoramento genético liderado pelo Kerr.

Das mais de cem abelhas que ele importou pra cá, só umas 40 ou 50 sobreviveram à viagem e chegaram bem. Mas ainda estava tudo sob controle. Ele tinha o suficiente pra botar o experimento em prática. Primeira missão cumprida.

Sarah Azoubel: E daí ele ia cruzar essas abelhas africanas com as abelhas europeias que a gente já tinha aqui. E daí selecionar as características desejáveis das africanas, que eram a maior produção de mel. Elas eram mais rústicas, mais resistentes ao clima. E, ao mesmo tempo, eliminar as características que não eram tão desejáveis assim nas abelhas africanas. E, no caso, a característica mais indesejável que elas tinham era a agressividade.

Branca Vianna: Digamos que essas recém-chegadas eram mais defensivas. As abelhas africanas se ataçavam e defendiam a colmeia a todo custo, com muito mais afinco que as europeias, que eram mais mansas. Então a ideia era cruzar as duas variedades pra ter a produtividade de uma e o temperamento da outra. Criar uma abelha resistente e boa de fazer mel, mas não tão reativa. Mais tranquila.

Sarah Azoubel: Só que nada disso foi como planejado.

Branca Vianna: Com as abelhas africanas já em solo brasileiro, o Kerr levou elas pra um apiário experimental lá perto de Rio Claro, onde ele trabalhava. E, no ano seguinte da viagem, 1957, elas já tinham formado colmeias completas.

Sarah Azoubel: E como medida de segurança, eles colocaram – o grupo de pesquisa – uma malha, como se fosse uma tela metálica na entrada de cada colmeia. Que era fina o suficiente para permitir que as operárias entrassem, saíssem. Mas como a rainha é maior zona, ela não conseguia passar nessa tela. Então as rainhas ficavam presas ali dentro.

Branca Vianna: Talvez você lembre de ter aprendido isso na escola ou em algum filme de criança. Nas colmeias tem as abelhas rainhas – que são as matriarcas, responsáveis por gerar mais abelhas – e tem as operárias – que fazem várias

tarefas, incluindo buscar néctar e pólen pra alimentar o grupo. As rainhas podem se reproduzir. As operárias, não. Por isso que, no experimento do Kerr, as colmeias tinham essa tela que deixava só as operárias passarem e mantinha as rainhas em cárcere. Porque, afinal, os cientistas queriam cruzar essas abelhas africanas de forma controlada, sem oba oba.

Sarah Azoubel: E até aí tudo bem. Só que num certo período, que eu não sei quanto tempo depois que se passou dessas colmeias serem instaladas lá, veio um apicultor, que eles dizem que era um apicultor visitante.

Branca Vianna: Um apicultor visitante e desavisado.

Sarah Azoubel: Ele olhou ali as telas na frente das colmeias. E achou estranho porque as telinhas estavam acumulando muito pólen. E daí ele falou: "Nossa, que coisa esquisita, tá cheio de pólen aqui atrapalhando as abelhas entrando e saindo. Pra que isso?" E tirou.

Branca Vianna: Tirou a tela?

Sarah Azoubel: Tirou as telas que estavam prendendo as abelhas africanas, as rainhas, dentro das colmeias.

Branca Vianna: Aquele apicultor não fazia ideia das consequências que aquele ato tão simples podia desencadear.

Sarah Azoubel: E o que aconteceu era que o Kerr trabalhava um pouco longe dali, parece que a uns 40 quilômetros desse apiário experimental, e demorou uns dez dias antes que ele ou algum outro pesquisador responsável chegasse pra ver o que aconteceu. Então ele só chegaram depois de dez dias e, quando chegaram, tinham 26 rainhas que tinham pegado ali a galera toda e se mandado das colmeias experimentais.

Branca Vianna: Foi uma fuga em massa. 26 rainhas tinham escapado e levado as súditas junto. Estava plantada a semente do caos.

Sarah Azoubel: E daí, o que aconteceu foi que essas abelhas começaram a se espalhar muito loucamente e, ao que tudo indicava, não tinha mais como controlar. Não tinha mais como voltar as abelhas pra dentro da caixa. Como as africanas eram melhor adaptadas a um clima tropical, elas tinham vantagem em relação às europeias, que já viviam aqui. Então elas começaram a se espalhar, se multiplicar.

Branca Vianna: O negócio é que as abelhas que o Kerr tinha trazido do continente africano começaram a cruzar com as abelhas europeias que elas foram encontrando por aqui. E, desse cruzamento, começaram a surgir abelhas híbridas, que foram chamadas de africanizadas. Quer dizer: estava acontecendo mais ou menos o que o Kerr pretendia fazer, só que agora sem controle nenhum. Sem selecionar o melhor de cada variedade e – o pior – sem barreiras. As abelhas estavam totalmente soltas no mundo.

Sarah Azoubel: E esse espalhamento foi assim muito rápido. Na década de 70 elas já estavam meio que por toda a América do Sul tropical.

Branca Vianna: Quer dizer que a gente mandou essas abelhas híbridas e inéditas para os outros países da América do Sul também.

Sarah Azoubel: Nos anos 80, elas já tinham dominado a América Central. E nos anos 90 elas chegaram no sul dos Estados Unidos.

Branca Vianna: As abelhas africanizadas só não conseguiram se espalhar pelos lugares mais frios das Américas – no extremo norte ou no extremo sul –, mas, de resto, elas foram dominando geral. E falando assim, parece até uma situação meio engraçada. Uma exportação acidental, uma trapalhada de um grupo de cientistas e de um apicultor visitante desavisado. Mas tem um lado mais sombrio dessa história.

Sarah Azoubel: Por que lembra que eu falei que o ponto de trazer as africanas era melhorar a produtividade das abelhas brasileiras? Mas ele queria o que, retirar e eliminar o caráter agressivo dessas abelhas africanas. E é esse caráter agressivo, ele era agressivo mesmo assim. Porque, pra comparação, as abelhas europeias, quando elas detectam alguma ameaça na colmeia, elas mandam uns guardinhas ali, sei lá, 10, 20 guardinhas e tem aquela agitação, a pessoa ou sei lá quem, que, quem ou que animal que seja que estava fazendo aquela ameaça pode levar algumas picadas, mas depois de alguns minutos elas voltam pra dentro da colmeia. A situação se acaba, e encerrou assim. As africanas não estão de brincadeira mesmo. Em vez de mandar alguns guardinhas pra ver o que tá acontecendo, às vezes elas mandam centenas. Às vezes elas esvaziam a colmeia inteira.

Branca Vianna: Então elas vão atrás da pessoa ou do bicho. Elas perseguem.

Sarah Azoubel: Elas perseguem, elas ficam agitadas por horas, então elas perseguem mesmo.

Branca Vianna: Perseguem mesmo e picam mesmo. O veneno dessas abelhas africanas não era diferente do veneno das europeias, mas os ataques eram mais frequentes e mais violentos. Do final dos anos 50, quando rolou o escape, até meados dos anos 80, aconteceram vários acidentes por onde passavam as abelhas africanas – ou as descendentes híbridas delas. Porque as pessoas não estavam acostumadas a lidar com abelhas tão reativas, nem mesmo os apicultores, que de repente estavam tendo que domar essa nova variedade.

Sarah Azoubel: E daí teve acidente com apicultor. Os apicultores ficaram com medo das abelhas. Aí vários abandonaram, abandonaram as colmeias. A produção de mel do Brasil, que já não era grandes coisas, caiu lá embaixo.

Branca Vianna: Os casos de morte por ataque de abelha – tanto em pessoas como em animais – foram parar nos jornais e chocaram o Brasil e as Américas. E é difícil

saber quantos acidentes fatais aconteceram nesse período, mas o problema foi real.

Sarah Azoubel: Só que assim a coisa daí começou a virar um monstro. Então, tudo bem, estava de fato tendo ataques. As abelhas eram agressivas, mas ela foi tomando uma proporção meio hollywoodiana. As abelhas foram apelidadas, principalmente pela mídia da época, de abelhas assassinas. Começou a ter filme nos Estados Unidos das Killer Bees.

Branca Vianna: Killer Bees, abelhas assassinas em inglês. Um título geralmente dado a tubarões, piranhas, orcas... agora estava dando fama pras abelhas que a gente exportou sem querer. Talvez você esteja lembrando do filme "Meu Primeiro Amor" – aquele em que o Macaulay Culkin morre atacado por um enxame de abelhas. A gente também pensou nisso. Mas a nossa pesquisa profunda aqui não conseguiu checar qual era exatamente o tipo de abelha que picou ele. Provavelmente não faria diferença, porque ele era alérgico.

Mas tem vários outros filmes movidos pelo mesmo dispositivo de perigo. Consegui achar, sei lá, uma condição em que um, dois, três, quatro, pelo menos uns cinco filmes de Killer Bees. Nos Estados Unidos, vários antes das Killer Bees e das abelhas assassinas chegarem lá. De fato, acho que era só o medo que elas iam chegar eventualmente. Tem um que elas atacam o Mardi Gras, que é tipo o carnaval de New Orleans. Tem um outro que eles falavam que está entre os piores filmes já feitos. Mas virou um fenômeno nessa coisa das abelhas assassinas. O Brasil não tinha exportado só uma nova variedade de abelhas, mas também um novo pânico.

Sarah Azoubel: E quando alguém procurava um culpado, toda vez que alguém falava das abelhas assassinas, estava lá o Kerr. O culpado era o Kerr.

Branca Vianna: O culpado não era o cara que tirou as grades?

Sarah Azoubel: Não, ninguém culpa o cara que tirou as grades.

Branca Vianna: Ninguém nem sabe quem é.

Sarah Azoubel: É, ninguém nem sabe quem é. Não. Toda vez que você olhar, por exemplo, um artigo de abelhas assassinas está falando que elas foram criadas pelo Kerr ou mal, ou que o Kerr deixou escapar. Enfim. Bom, estava sobre a respeitava sob a responsabilidade dele.

Branca Vianna: Faz sentido, faz sentido.

Sarah Azoubel: É, que fica essa coisa, né? O que deveria ter tido de segurança, de medidas, enfim, pelo visto não estava tão seguro assim. Mas ele ficou completamente devastado com isso. E eu li relatos e procurei relatos de pessoas que trabalhavam com ele, que eram próximas dele. E eles falam que ele de vez em quando ele se perguntava, perguntava para as pessoas se um dia ele ia conseguir deixar para trás o estigma e o trauma das abelhas assassinas.

Branca Vianna: E isso acabou com a carreira dele?

Sarah Azoubel: Não. Toda vez que tinha essas notícias também de acidentes e tal, eles falavam que ele sentia muito. Mas ele não ficou de braços cruzados.

Branca Vianna: O estrago estava feito e não tinha como voltar atrás. Mas agora a missão do Kerr era descobrir como lidar com as consequências do acidente. E como lidar com as hordas de abelhas africanizadas que esse acidente tinha criado. Que, no fim das contas, eram sim mais produtivas e mais adaptadas pro nosso clima. Então ele e outros pesquisadores da área começaram a fazer uma porção de estudos. Eles investigaram a fundo essa nova variedade de abelhas e estabeleceram as melhores práticas pra apicultura, pensaram nas roupas de proteção adequadas, nas medidas de segurança pros apicultores. E o resultado foi que, nos anos 90, a produção de mel no Brasil decolou, ficou seis vezes melhor do que era. Reportagens da época colocavam a gente como sétimo maior produtor de mel do mundo.

Sarah Azoubel: Então, tem gente que fala que esse acidente acabou meio que salvando a apicultura brasileira de uma certa maneira. Até hoje, se você olhar a maior parte dos apicultores brasileiros que trabalham com esse tipo de abelha, eles preferem trabalhar com a abelha africanizada, porque ela é muito mais robusta e produtiva do que a outra. E hoje eles têm as técnicas para lidar com elas. E não só vão ter um acidente se tiver um erro muito grave, alguma coisa assim. Eles têm a situação sob controle, assim.

Branca Vianna: E você já deve ter ouvido falar que as abelhas – aliás, vários insetos – tão em risco por conta das mudanças climáticas, das pragas e dos pesticidas. No meio da tragédia toda, uma boa notícia é que essas abelhas que a gente criou e exportou meio que sem querer parecem ser mais resistentes a algumas dessas ameaças. Com o passar do tempo, as abelhas africanizadas foram perdendo parte daquela agressividade extrema. Elas ainda são mais esquentadinhas que a variedade europeia, mas conforme a hibridização foi rolando ao longo das gerações, essa característica parece ter se diluído. E os próprios apicultores, na hora de selecionar quais abelhas vão criar e quais tem as melhores qualidades pro manejo, acabaram ajudando a amenizar o problema. E, claro, as pessoas entenderam que é melhor não sair cutucando colmeias por aí. O Warwick Kerr morreu em 2018, com 96 anos.

Sarah Azoubel: E você vai ler os obituários deles. E quase todos falam: "Morreu o cara que deixou escapar as abelhas africanas". Assim: "Morre cientista que criou as abelhas assassinas", enfim. Então, de fato foi um acontecimento que ficou associado a ele. O que eu acho que muita gente que trabalhou com ele considera uma pena, porque ele foi um grande cientista.

Branca Vianna: O Kerr teve outros grandes feitos na carreira. Ele desenvolveu muitas pesquisas, dirigiu a Fapesp – que é a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo –, dirigiu o INPA – o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia –, presidiu a SBPC – que é a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Foi celebrado dentro e fora do Brasil. Mas essas conquistas não eram tão

atraentes pra imprensa quanto o caso das abelhas assassinas. A gente mesmo tá aqui falando disso, mais de 60 anos depois.

Branca Vianna: E essa coisa de trazer a espécie de um lugar para o outro sempre dá errado, né? Tem tanta história.

Sarah Azoubel: Então, tem bastante história. Em defesa dele, não é que ele levou uma espécie completamente nova, ele levou um tipo vai, foi uma variedade dentro da espécie. Mas hoje em dia eu acho que já ninguém faria isso dessa maneira. A gente ainda faz melhoramento genético, a gente ainda introduz genes de outras variedades, mas tem que ser feito com um cuidado muito grande, porque senão pode criar umas consequências que...

Branca Vianna: É.

Branca Vianna: Essa foi a Sarah Azoubel. Ela faz o podcast 37 Graus, que conta histórias de ciência e tá prestes a lançar uma temporada nova. Pra escutar, é só procurar o 37 Graus no seu tocador de podcast. A segunda história de hoje fala de um tipo totalmente diferente de exportação. Um tipo que não tem lado bom. Quem conta pra gente é o jornalista Rogério Galindo, do Jornal Plural.

ATO 2

Rogério Galindo: Elza, eu queria que você falasse um pouquinho...

Rogério Galindo: Eu sou jornalista há 25 anos, mas fazer essa entrevista foi uma experiência meio esquisita pra mim.

Rogério Galindo: Queria saber: quem era Elza naquele momento...

Rogério Galindo: É que eu já conheço a Elza, essa entrevistada, faz mais de 20 anos. E conheço bem ela. Ela foi minha professora no curso de Jornalismo, nos anos 90, orientou meu TCC, e ela me apresentou pruma outra aluna dela – que hoje é minha mulher. Então, algumas das perguntas que eu estava fazendo, eu meio que já sabia a resposta.

Rogério Galindo: Vamos começar com umas informações biográficas aí.

Rogério Galindo: Ok, pra resumir: a Elza Oliveira é jornalista há mais de 40 anos. Ela passou pelos principais jornais do Brasil. Mas eu quis gravar essa entrevista com ela porque só recentemente eu fiquei sabendo de uma das coberturas mais importantes da carreira dela. E essa pauta meio que caiu no colo da Elza, no meio de uma consulta dela no ginecologista.

Elza Oliveira: Eu fui ao ginecologista, ao Doutor Antônio Vanucci, e ele, na época, estava como diretor clínico da Maternidade Santa Brígida, que é uma das grandes maternidades aqui de Curitiba, e ele sabia da minha condição de jornalista, e ele falou: “Olha, Elza, tá acontecendo uma coisa engraçada lá no hospital, e eu queria te contar. De repente, vale a pena você dar uma investigada”. E aí ele me contou a seguinte história: quando as mães manifestavam a intenção de doar os filhos, que nasciam no hospital, essas crianças eram deixadas no berçário do hospital até que o juizado de menores indicasse pais adotivos, e esses pais é que iam retirar essas crianças do hospital.

Rogério Galindo: Essa história aconteceu muito antes de eu ter aula com a Elza. Essa consulta dela foi em 1983. Lembrando que esse é um período antes do ECA, o Estatuto da Criança e do Adolescente. Nessa época era assim. Só que o ginecologista da Elza — ela chama ele de Toninho — começou a notar uma coisa estranha.

Elza Oliveira: E de uns meses pra cá, o Toninho me falou: "Assim que uma mãe declara que não quer levar a criança pra casa e tal, 48 horas depois do

nascimento da criança, uma assistente social do Juizado de Menores já chega no berçário do hospital e leva embora essa criança".

Rogério Galindo: Só 48 horas depois do nascimento. O Toninho estranhou porque esse era um tempo muito curto para um processo como esse.

Elza Oliveira: E eu falei: "Ah, vale a pena dar uma olhada, do que que é que tá acontecendo nesse negócio".

Rogério Galindo: A Elza foi até o Juizado de Menores, que era o equivalente na época à atual Vara da Infância e do Adolescente. Daí, chegando lá, já passaram pra ela uma informação esquisita: o escrivão disse que o Juizado tinha criado um berçário próprio, que ficava num apartamento ali perto da maternidade. Não era um orfanato, uma instituição de acolhimento, uma creche, era um apartamento. Tipo, num prédio normal, residencial. A Elza foi até lá. Bateu na porta, uma mulher apareceu.

Elza Oliveira: Era um apartamento normal. Eu fiquei na sala, do que seria a parte interna do apartamento assim, tinha uma placa dizendo: "Proibido a entrada de pessoas estranhas" – alguma coisa esquisita assim pra uma casa normal, né?

Rogério Galindo: A mulher que abriu a porta pra Elza disse que a dona da casa não estava, mas que ela era irmã da dona. Como no Juizado tinham dito que ali era um berçário ali, a Elza perguntou se tinha alguma criança pra adoção.

Elza Oliveira: E ela disse que naquele momento não tinha nenhuma criança ali, que a irmã dela realmente tinha feito um trabalho de cuidar de algumas crianças pro Juizado, mas que não era nada – uma conversa meio estranha. E daí, logo em seguida, chegou a filha dessa mulher. E essa menina virou pra mim, era uma menina pequena ainda, menos de 10 anos, virou pra mim e falou: "Ah, você que veio pegar o neném? A minha mãe chama ele de Bruno, porque ele não tem nome ainda", aí a tia virou pra ela e falou assim: "Mas não

tem nenhuma criança aqui, sua boba, a única criança que tem aqui é você".

Dá ficou aquele clima assim, meio esquisito e tal.

Rogério Galindo: A Elza achou aquela história muito estranha. Mas ela não tinha muito mais o que fazer ali, e acabou indo embora com mais perguntas do que respostas. Na época, a Elza acabou se ocupando com a apuração de outras matérias, mas esse estranhamento ficou lá, guardado num escaninho na cabeça dela por alguns anos.

Elza Oliveira: Quando o correspondente do jornal O Globo em Israel, que chamava Eliezer Strauch.

Rogério Galindo: A Elza tava trabalhando no O Globo, e o Eliezer – colega dela, correspondente em Tel Aviv – procurou ela pra contar de uma coisa esquisita que estava acontecendo lá em Israel e que tinha um pé aqui no Paraná. O Eliezer estava tão intrigado com essa história, que ele resolveu aproveitar que ele ia vir de férias pro Brasil, pra dar uma esticadinha até Curitiba. Isso foi em 1984. E a história tinha a ver com adoção.

Elza Oliveira: Adoção de crianças curitibanas por casais israelenses, porque isso já estava rolando muito em Israel.

Rogério Galindo: O Eliezer tinha levantado que num só mês – fevereiro de 1984 – 19 crianças brasileiras tinham sido adotadas por israelenses. Não era normal esse número. Esse correspondente estava numa passagem rápida pelo Brasil, então ele chamou a Elza pra investigar essa história junto com ele. Primeiro ele foi no Juizado de Menores, que nem ela tinha feito dois anos antes.

Elza Oliveira: E combinamos que ele iria ao Juizado de Menores, ele estava de férias no Brasil, estava junto com a mulher, que ele iria ao Juizado de Menores como um casal israelense disposto a adotar uma criança.

Rogério Galindo: Foram lá o Eliezer e a mulher dele.

Elza Oliveira: E no Juizado ele recebeu as orientações do que que precisava, que tipo de documento pra fazer a ficha e tal. E o próprio Juizado de Menores, alguém que atendeu ele no cartório, orientou que ele procurasse a Arlete Hilu.

Rogério Galindo: Arlete Hilu.

Elza Oliveira: Aí eles disseram: "Não, tem uma pessoa que colabora muito com o juizado e que tem todas as condições de ajudar o senhor", pa, pa, pa, e mandaram ele no escritório da Arlete Hilu.

Rogério Galindo: E o Eliezer foi.

Elza Oliveira: Na condição, né, pretense adotante. E ela falou com ele, falou de valores, e falou de dinheiro, e falou de documentos e tal.

Rogério Galindo: Eram 3 mil e 200 dólares, na época. Bastante dinheiro hoje, imagina há quase quarenta anos. Quer dizer, a gente não tá falando só de taxa de documentação. A gente tá falando de uma quantia muito alta, o que sugere que essa não era uma adoção legal. Parecia um esquema de venda de crianças. O Eliezer precisou voltar pra Tel Aviv, e combinou com a Elza de cada um continuar apurando essa história numa ponta – ele em Israel; ela no Brasil, em Curitiba.

Elza Oliveira: E eu fui depois, aí já como jornalista.

Rogério Galindo: A Elza chegou no escritório da Arlete Hilu com uma abordagem diferente da do Eliezer. Ela não fingiu que estava procurando uma criança pra adotar. Ela se apresentou como uma repórter que estava apurando aquela história.

Elza Oliveira: Daí pra mim ela falou que não, que não cobrava, que ela muitas vezes aceitava uma ajuda de custo que os pais estrangeiros davam pras mães porque ficavam compadecidos com a situação de miserabilidade, e

que ela fazia um trabalho filantrópico, um trabalho social, porque ela estava dando oportunidade dessas crianças brasileiras que iam passar fome aqui, e que lá elas teriam uma vida digna, com famílias abastadas, a maior parte vai pra uma família pra ser filho único, e vai ser muito bem tratada e tal. Era o argumento dela.

Rogério Galindo: Eu vou só repetir esse argumento da Arlete. Ela disse que esse trabalho dela era filantrópico. Que ela estava dando uma oportunidade pra essas crianças que, aqui no Brasil, iam acabar passando fome. A ideia era assim: "Já que a gente não tá cuidando direito por aqui, melhor mandar pra fora, né?" A Elza sabia que – mesmo que essa fosse realmente a intenção por trás – esse esquema era completamente irregular.

Elza Oliveira: Ela me pareceu uma pessoa superpreparada pra fazer o que ela estava fazendo, muito esperta, muito capaz, assim, de construir um discurso nesse sentido de "estou fazendo o bem pro país e pra essas crianças" e tal.

Rogério Galindo: Só que essa senhora, a Arlete Hilu, não estava fazendo isso sozinha. Lembra? Tinha gente do Juizado por trás, gente graúda. Então a Elza se fez de ingênua. Ela fingiu que tinha comprado a história da Arlete, foi embora e continuou investigando, junto com o Eliezer.

Elza Oliveira: O que a gente apurou na sequência é que a imensa maioria dos casais já vinha de Israel com tudo acertadinho, né? Israel tinha uma agência de viagem que vendia os pacotes, aí nos pacotes estavam incluídas as passagens, as estadias nos hotéis, o contato da Arlete Hilu, todas as taxas de documentação, de tradução de documento, era tudo empacotado ali, já bem certinho.

Rogério Galindo: E, no meio do pacote, tinha uma criança.

Elza Oliveira: Sim, uma criança no pacote, um brasileirinho no pacote.

Rogério Galindo: A primeira reportagem sobre o caso da dupla Elza e Eliezer foi publicada no Globo em março de 84.

Elza Oliveira: Foi, março, dia 11 de março.

Rogério Galindo: Mas a matéria quase não repercutiu.

Elza Oliveira: Porque O Globo era um jornal que circulava, chegava aqui em Curitiba 40 exemplares do jornal O Globo, e a chegava na prefeitura, no palácio do Iguazu, em algumas secretarias, talvez alguns gabinetes de deputados, não era um jornal que tinha uma repercussão.

Rogério Galindo: E não tem nada mais frustrante pra um repórter – ainda mais numa cobertura dessas, em que você sente que pode fazer a diferença na vida das pessoas – não tem nada mais frustrante do que sentir que você tá falando pro vazio, e aí a Elza não aguentou.

Elza Oliveira: Eu entreguei o meu texto sem essa retransmissão do Eliezer, mas entreguei o meu texto e o jornal Estado do Paraná publicou. E no Globo eu assinava Elza Oliveira, no Estado do Paraná eu assinei Elza Aparecida assim, né, do ponto de vista ético talvez não tenha sido uma coisa absolutamente correta.

Rogério Galindo: Sim, imagino que pros chefes da Elza, essa decisão não ia pegar muito bem. Mas ela tinha resolvido seguir o instinto.

Elza Oliveira: Pelo menos eu consegui garantir uma repercussão maior aqui local.

Rogério Galindo: Pensando que o caso tinha que ser investigado também, né?

Elza Oliveira: Depois que saiu no Estado do Paraná, e daí a Tribuna do Paraná também entrou, os outros jornais locais entraram e tal.

Rogério Galindo: A Elza conseguiu atrair atenção pro caso. E não faltaram “suítes” – reportagens na sequência – pra ela publicar no Globo. Numa entrevista que a Elza fez naquela época, com o embaixador do Brasil em Israel, ele disse que já tinha mais de 2 mil crianças brasileiras lá. Em alguns casos, os casais nem precisavam vir até o Brasil.

Lior: Meus pais, eles foram encontrar a Arlete Hilu pessoalmente num hotel aqui em Tel-Aviv.

Rogério Galindo: Esse é o Lior. E – talvez você já esteja suspeitando pelo sotaque – o Lior é um desses milhares que nasceram no Brasil, e foram levados ainda bebês pra Israel.

Lior: Hoje eu moro na cidade de Rehovot, no Estado de Israel, praticamente no outro lado do mundo. Eu trabalho aqui como caminhoneiro numa empresa de logística, empresa muito grande.

Rogério Galindo: O Lior tinha só 6 anos quando ele descobriu que tinha sido adotado. Ele era muito novinho naquela época, não processou direito a informação – mas ela ficou lá, guardada. Daí, quando ele fez 20 anos, ele decidiu mergulhar de cabeça na própria história.

Lior: Aí eu fui e eu enfrentei os meus pais, aí que eu apresentei perguntas e eu queria respostas.

Rogério Galindo: Os pais do Lior contaram passo a passo do esquema pra ele.

Lior: A Arlete mandou os dois para a casa do advogado que trabalhava com ela, ele era judeu, brasileiro, morava aqui. E lá era pra fazer todo o procedimento, mostrar documentos financeiros deles, dos meus pais, talvez

atestado do serviço social, alguns documentos, e lá também foi feito o pagamento.

Rogério Galindo: O pagamento. O Lior descobriu que os pais dele tinham pagado pela adoção.

Lior: Sim, pagaram. Foi para ter adoção – dos documentos às passagens de voo do Brasil pra Israel. Pagaram pelo acompanhamento, a pessoa que me levou do Brasil pra Israel.

Rogério Galindo: O Lior não tinha nem um mês de idade quando ele foi levado pra Israel. Mas a logística toda foi desenhada meses antes dele nascer – quando os futuros pais adotivos dele se encontraram, num hotel em Tel-Aviv, com a Arlete Hilu.

Lior: E eles pediram um bebê recém-nascido. Ela perguntou se eles se importassem com a cor do bebê ou com o sexo do bebê, e eles falaram que não. Em setembro eles receberam uma ligação de alguém, eles não sabem quem era, que contou pra eles que o filho deles acabou de nascer e que logo logo vai estar aqui em Israel.

Rogério Galindo: Isso foi em 85. No mesmo ano em que a Arlete teve a primeira prisão preventiva decretada no Brasil. Porque, com as primeiras reportagens, foi que nem destampar a caixa de Pandora. Mais e mais casos começaram a aparecer.

Elza Oliveira: Vindo atrás da gente e indo muito na polícia.

Rogério Galindo: Mas tem um detalhe: denunciar o quê? Porque – lembra? – a gente tá falando de um período pré-ECA, pré-Estatuto da Criança e do Adolescente.

Elza Oliveira: Naquele tempo era uma terra sem leis mesmo, porque, o que acontecia, qualquer pessoa podia chegar num cartório, de registro de títulos e documentos, chegar lá e dizer assim: "Olha, aqui minha carteira de

identidade, eu chamo fulano de tal, eu tive um filho ontem, minha mulher teve um filho".

Rogério Galindo: É, porque hoje em dia, você tem que levar guia de nascido vivo, assinada pelo médico.

Elza Oliveira: Sim!

Rogério Galindo: Quer dizer: o sistema facilitava muito as adoções irregulares. Mas o negócio é que a Arlete Hilu não criou só um caminho "alternativo" – entre todas as aspas – pra "facilitar" – de novo entre aspas – o acesso de potenciais pais adotivos estrangeiros a crianças brasileiras que já seriam dadas pra adoção.

Isso em si já seria ilegal. Mas, sei lá, se você conhece o drama de alguma família que passa anos tentando adotar e não consegue ou de crianças que passam a vida toda em orfanatos e nunca são adotados, talvez você esteja sentindo alguma simpatia por uma mulher que quis agilizar esse processo. Mas vamos lembrar que tinha dinheiro no meio.

E você pode tá pensando também: as mulheres que decidem dar bebês pra adoção muitas vezes tão passando por uma situação financeira complicada; talvez seja mesmo justo que quem vai adotar – uma família com mais grana – ofereça uma espécie de ajuda de custo pra compensar os gastos com a gravidez, o parto, enfim... até uma forcinha pra ela reconstruir a vida a partir daí. Pode ser. Mas vamos combinar que, se tem um intermediário nessa história, acaba tendo cara de "modelo de negócio" com verniz de filantropia.

Aqui de novo a Elza.

Elza Oliveira: Ela tinha esse discurso: "O que eu tô fazendo, o dinheiro que vocês me pagam é pra pagar as taxas", embora, oficialmente não houvesse nada, o juizado de menores não cobra nada pra fazer adoção, mas ela dizia pros israelenses que era pra pagar as taxas, pra pagar os custos

burocráticos do processo, do passaporte e tarara, e pra ajudar as mães, né, pra ajudar as famílias, porque daí ia sempre o discurso era que era uma mãe que já tinha muitos outros filhos, que vivia em situação de miserabilidade e tal, então o dinheiro era pra isso. E ela mantinha esse discurso. E, assim, a minha impressão é que me passou foi isso: é uma espertalhona que encontrou um filão aí, né, um filão fácil de ganhar dinheiro, e que tem um discurso muito bonito pra todos os lados, livrando a própria cara.

Rogério Galindo: Ok, de novo, eu até consigo imaginar que alguém ultraliberal na economia, e com uma ética – digamos – flexível não veja muito problema nisso. Mas não dá pra esquecer que a gente tá falando de um esquema ilegal. Quer dizer: sem qualquer regulamentação. Então se a gente vai flexibilizando um pouquinho aqui, outro pouquinho ali, numa lógica puramente de mercado, quer dizer: baseada só na oferta e na demanda, o que é que se faz se a demanda por adoção estava maior que a quantidade de bebês disponíveis?

A Arlete montou uma rede pra convencer mulheres grávidas a darem seus bebês pra adoção. Em outras palavras: aliciamento. E, se por um lado, tinha gente dentro do Juizado de Menores no esquema da Arlete Hilu, tinha também gente ali com a orelha em pé, desconfiada de que alguma coisa bem errada estava acontecendo. E esses funcionários desconfiados procuraram o juiz, que procurou a polícia. Na conversa com a Elza, ela sugeriu que eu conversasse com o delegado que tinha comandado essa investigação.

Elza Oliveira: O delegado que estava cuidando do caso nessa época, já era o delegado da delegacia de ordem social, Doutor Jordão.

Rogério Galindo: O delegado José Roberto Jordão.

Delegado Jose Roberto Jordão: Nós exercitávamos ali a polícia judiciária quando fomos então acionados, em 1985, então pelo juiz da vara de menores de Curitiba, qual pediu uma investigação a respeito das adoções que estavam ocorrendo em número grande por casais estrangeiros.

Rogério Galindo: A investigação da polícia judiciária partiu do mesmo ponto que a da Elza: a maternidade.

Delegado Jose Roberto Jordão: E pegavam a criança, levavam para determinados locais, não especificamente locais destinados a creches, essas coisas, não.

Rogério Galindo: Podia ser um apartamento, que nem aquele que a Elza visitou.

Delegado Jose Roberto Jordão: Apartamento, casa. E posteriormente isso, quando ficava pronto o termo de adoção, essa quadrilha também viabilizava já todo o esquema do aeroporto para a criança embarcar também e ir embora. Então era uma coisa bem meticulosa, bem-preparada.

Rogério Galindo: Até por ser ilegal, o esquema tinha que ser completo. Sem ponta solta.

Delegado Jose Roberto Jordão: Eles tinham um esquema bem montado, inclusive com hotéis de Curitiba.

Rogério Galindo: E, nesse esquema completo, tinha um tipo de serviço que não podia faltar

Delegado Jose Roberto Jordão: Principalmente com as moças que aliciavam gestantes, assim, de favelas, que eram de um poder aquisitivo muito pouco, muito baixo, que estavam passando necessidade. Então elas acompanhavam toda a gestação desde o início assim, até o final, o parto. E dariam uma certa quantia em dinheiro para essas gestantes.

Rogério Galindo: Uma "certa quantia". Não tudo. Porque – lembra? – a gente está falando de modelo de negócio, não de voluntariado.

Sirlei dos Santos: Meu nome é Sirlei dos Santos. Eu moro, atualmente, em Lages. A minha profissão é doméstica.

Rogério Galindo: A Sirlei tinha 14 anos quando ela engravidou. O pai dela não reagiu bem quando ele ficou sabendo – e decidiu que, assim que a criança nascesse, ela ia ser dada pra adoção. A Sirlei não teve voto sobre o que ia acontecer com o bebê dela. Nasceu uma menina e, quando mãe e filha ainda estavam no hospital, chegou uma mulher enviada pela Arlete.

Sirlei dos Santos: Ela perguntou para mim, se eu queria alguma coisa, se eu queria dinheiro. Eu disse que não, que eu queria o acompanhamento da minha filha. Apesar de eu ser uma criança, mas eu queria saber como minha filha ia ser criada. Ela disse: "Não, então eu vou te mandar foto. Todo mês eu mando foto". E isso não aconteceu.

Delegado Jose Roberto Jordão: Então elas convenciam essas mulheres aí doar a criança.

Rogério Galindo: Aqui de novo o delegado Jordão.

Delegado Jose Roberto Jordão: Eles levavam para casas que eles alugavam para essa especialidade, para guardar os bebês. E ali então ficavam 10, 12, 16 bebês esperando os papéis do juizado ficarem prontos com a adoção para os casais irem embora.

Rogério Galindo: Numa dessas casas, a polícia encontrou de uma só vez 14 bebês. Com essas batidas policiais, o esquema acabou sendo paralisado pela polícia e pelo Judiciário.

Elza Oliveira: A Arlete Hilu teve a primeira prisão preventiva decretada no Brasil, em meados de 85. E diz que ela tinha saído do Brasil 15 dias antes da

decretação dessa prisão, por meio de um avião fretado, que teria saído do Mato Grosso. Daí nesse período ela tinha ficado em Israel, de 85.

Rogério Galindo: 85, o ano em que o Lior nasceu. Ela estava lá em Israel, lembra? Se encontrou pessoalmente com os pais adotivos dele. Quer dizer: o esquema ainda estava longe de acabar.

Elza Oliveira: Uma explicação que aparece é que em Israel era muito, muito difícil adotar uma criança, os casais inférteis em Israel ficavam muitos anos na fila. Existia uma baixa oferta de crianças pra serem adotadas em Israel, e depois parece que tem alguma coisa de uma citação de um contato da própria Arlete Hilu com a comunidade judaica.

Lior: Entenda, a Arlete Hilu realizou o maior sonho de casais que queriam ter um filho. Não tem algo mais emocionante que isso.

Rogério Galindo: Aqui, de novo, o Lior Vilck, que nasceu no Brasil, mas foi adotado ainda bebê por um casal israelense.

Lior: Muitas pessoas vão dizer que eles pediram a Deus, Deus não deu. Eles pediram da Arlete e a Arlete deu, sim. É pra você entender a importância da Arlete na cabeça das mães adotivas aqui em Israel.

Rogério Galindo: A Arlete estava com a prisão preventiva decretada no Brasil, mas sendo adorada em Israel. E, se por um lado, o cerco da polícia estava monitorando as maternidades e o Juizado de Menores; por outro, a demanda por bebês não diminuía. O resto da quadrilha, então, passou a recorrer a um novo método.

Elza Oliveira: Daí esse dia que a Bruna foi sequestrada, ela estava com o irmão mais velho.

Rogério Galindo: De novo aqui a jornalista Elza Oliveira. Ela tá falando de uma história de 86. Uma mãe paranaense, que precisava trabalhar fora, tinha

contratado uma babá pra cuidar dos dois filhos dela: um menino de 12 anos, e a Bruna – um bebezinho de quatro meses.

Elza Oliveira: A babá, que tinha sido contratada, chegou na casa e deu um dinheiro pra esse menino e falou assim: "Ó, fiquei devendo um dinheiro pra sua mãe, porque ela me emprestou e tal e vim aqui pagar e eu queria que você fosse ali no botequinho da esquina trocar o dinheiro". O menino saiu pra ir no boteco da esquina, quando ele voltou, a moça tinha ido embora com a Bruna.

Rogério Galindo: Alguns dias depois, a falsa babá foi presa. Mas a Bruna já tinha sido mandada pra fora do Brasil. Foi só mais de um ano depois, quando um outro integrante da quadrilha foi preso, que a polícia ficou sabendo que a Bruna estava em Israel, com um casal israelense que já tinha pagado pelo processo de "adoção", entre aspas. O sequestro da Bruna Vasconcelos foi o episódio mais emblemático de todo esse caso – e muito por mérito da mãe dela, a Rosilda.

Elza Oliveira: Ela ficava atrás de todo mundo, e ela ia na polícia o tempo inteiro e tal. Ela nunca desistiu, ela bateu na porta da polícia, dos deputados, foi pra Brasília, foi no Itamaraty, ela realmente, assim, foi uma mulher muito guerreira, né?

Rogério Galindo: Toda essa mobilização da Rosilda acabou chamando a atenção de uma rede de televisão britânica.

Elza Oliveira: Foi uma rede da Inglaterra, patrocinou a primeira ida dela pra Israel.

Rogério Galindo: A mãe da Bruna viajou pra lá e precisou abrir um processo no Judiciário israelense pra conseguir de volta a guarda da própria filha. E não foi fácil. O caso estava fazendo barulho na imprensa israelense, e ela não tinha apoio popular. Pelo contrário.

Elza Oliveira: Tanto a Rosilda fala que ela foi muito hostilizada lá em Israel, porque tinha muitos outros pais de crianças adotadas no Brasil que tinham receio de que acontecesse com eles a mesma coisa que estava acontecendo com o casal que tinha adotado a Bruna. Foi um processo que demorou bastante, demorou eu acho que uns 4 meses, foi o dia que saiu o resultado de o reconhecimento da Corte Suprema de que a Bruna não era filha do casal israelense, que a adoção foi ilegal, fruto de um processo viciado de origem pelos documentos falsos e tal, e daí eles decidem que é direito da família brasileira ter a criança.

Rogério Galindo: Mas a corte israelense tomou uma decisão – digamos – peculiar:

Elza Oliveira: A Corte decidiu que, durante um mês, os dois casais ficariam convivendo, o Luiz Américo e a Rosilda teriam direito de ficar durante 4h por dia com a Bruna. Daí tem toda uma história, o Hotel Hilton em Jerusalém levou os dois casais pra dentro do hotel.

Rogério Galindo: E a imprensa inglesa, que tinha investido pesado nessa história, queria o retorno dela em audiência.

Elza Oliveira: Deve ter sido uma cena dantesca de ver a imprensa do mundo inteiro, porque dessa TV inglesa estava investindo muito nisso e fazendo muitas reportagens, e tinha jornalistas do mundo inteiro lá, no saguão do hotel.

Rogério Galindo: A menina tinha 2 anos a essa altura.

Elza Oliveira: 2 anos. Quando ela chegou ao Brasil, foi poucos dias antes de fazer...

Rogério Galindo: Três.

Elza Oliveira: Vamos pensar: era 86 e ela voltou em 88. 3 anos mesmo.

Rogério Galindo: Uma pausa aqui: nesse meio-tempo, entre o sequestro da Bruna e o retorno dela pro Brasil, a Arlete Hilu foi presa em Israel. Mas não por causa da quadrilha.

Elza Oliveira: A primeira vez que ela foi presa na verdade foi em Tel-Aviv. Eu sei que ela foi presa lá porque tinha documentos falsos.

Rogério Galindo: Enquanto a Rosilda lutava pra trazer a Bruna de volta pro Brasil, a Arlete já tinha montado um esquema em outro nível.

Elza Oliveira: Porque a quadrilha estava com dificuldade aqui no Brasil, e daí foi nesse momento que, segundo o Juiz, a quadrilha mudou o modus operandi e passou a levar as mães pra terem os filhos no Paraguai.

Rogério Galindo: Mulheres brasileiras...

Elza Oliveira: Mulheres brasileiras no final da gestação pro Paraguai, e que os bebês nasciam no Paraguai.

Rogério Galindo: E, num desses trâmites entre as fronteiras.

Elza Oliveira: Em dezembro de 86, 3 de dezembro de 86, ela foi presa atravessando a Ponte da Amizade, ela tinha 7 passaportes, e tinha acho que 5 ou 6 autorizações de adoção, com documentos da justiça brasileira. A Arlete Hilu fica um tempo presa lá em Foz do Iguaçu, daí ela transferida pra Curitiba, em 87 já, março de 87. A primeira condenação da Arlete Hilu vai se dar em 18 de agosto de 87.

Rogério Galindo: Mas essa primeira condenação ainda não tem nada a ver com as crianças.

Elza Oliveira: Ela foi condenada por uso de documento falso, falsificação ideológica, porque não existia, naquela época não tipificado o crime de tráfico de menores né, não existia isso, então ela foi por formação de quadrilha, falsificação de documentos.

Rogério Galindo: Não existia o crime de tráfico de menores. Então, se as mulheres estavam dando seus filhos pra essa adoção – mesmo que irregular – por “livre e espontânea vontade”, entre aspas – mesmo que aliciadas, subornadas, não tinha crime nisso. A coisa só mudou de figura com o caso Bruna. Porque aí, sim, tinha um crime tipificado.

Elza Oliveira: O primeiro caso que foi realmente ser provado como sequestro, foi o da Bruna.

Rogério Galindo: Sequestro.

Rogério Galindo: E a Bruna virou uma espécie de símbolo dessa história toda.

Elza Oliveira: Virou, virou. Daí a volta da Bruna tinha um monte de gente lá no aeroporto recebendo a Bruna, tinha pessoas ao longo do caminho, nas esquinas acenando bandeirinhas do Brasil e tal, no Palácio Iguaçu tinha lá, sei lá, algumas centenas de pessoas ali na frente do Palácio. E teve muita coisa de faturamento, inclusive, político em torno dela. Daí o governador Álvaro Dias, ela chegou em Curitiba, sim, foi direto pro Palácio Iguaçu.

Rogério Galindo: Teve gente que criticou a mãe da Bruna por ter lutado pra ter a filha de volta. Ela era manicure, não era rica. E, por isso, vinha aquela ideia: a criança ia ter uma vida melhor fora do Brasil. Para além da loucura que é dizer isso pra uma mãe que teve a filha sequestrada, o que é que isso diz sobre o país? Sobre uma sociedade que simplesmente desistiu de cuidar de crianças pobres? Se elas tão passando fome, se tão sem perspectiva, então é melhor mandar pra fora?

E, desde que a gente mergulhou nessa história, a gente ficava sempre pensando: como é que essas crianças tão hoje? No caso, adultos agora, né? Quem são essas pessoas? E foi assim que a gente chegou no Lior. Depois que ele ficou sabendo como tinha sido o processo de adoção dele, ele começou a procurar informações sobre os pais biológicos. Ele tinha lá a certidão brasileira de nascimento. Mas era uma certidão só com os nomes dos pais adotivos. Não tinha informação nenhuma sobre a família biológica dele.

Lá pra 2008, o Lior descobriu que existiam uns fóruns na internet criados por brasileiros que tinham sido adotados no exterior. E ele entrou de cabeça nisso. Anos depois, esse movimento acabou chamando a atenção de um jornal de Santa Catarina.

Lior: O Diário Catarinense foi responsável pela primeira publicação a respeito das nossas histórias em 2011. E em 2012, o Diário Catarinense já veio pra Israel, pra entrevistar o grupo de adotados. Dá pra dizer que eu era coordenador desse evento. E chegou aos ouvidos da Glória Perez, que naquela época estava procurando tema pra próxima novela dela.

Rogério Galindo: A novela era "Salve, Jorge", da TV Globo.

Faustão: Agora, eles estão aqui e a gente espera que com a audiência da Rede Globo em todo o Brasil, a gente possa ajudar mais.

Rogério Galindo: Sim, esse é o Faustão.

Faustão: Até porque o Lior é o líder desse movimento. São cerca de 3 mil crianças brasileiras que estariam só em Israel, fora Itália, França e outros países, e que têm todo direito de saber de suas histórias.

Rogério Galindo: Essa foi a primeira vez que o Lior veio ao Brasil. E ele voltou muitas vezes depois. Nessa busca pelos pais biológicos, ele chegou a se cadastrar em bancos genéticos. Funciona meio parecido com um teste rápido de Covid: você

compra um kit que vem com um bastão pra coletar saliva. Daí você segue lá as instruções, coleta, e envia o material pra empresa – que faz o sequenciamento genético e compara o resultado com todos os DNAs que já tão lá nesse banco de dados. Mas é aquela coisa, né? Uma agulha num palheiro.

Lior: Um tempo depois eu recebi uma notificação de que eu tenho novos matchs. Eu entrei e vi que eu localizei uma prima de segundo grau – em outras palavras, a gente compartilha os mesmos bisavôs. Eu quase caí para trás.

Rogério Galindo: Era uma brasileira que morava na Alemanha, a Cris.

Lior: Eu contei pra ela a minha história, e eu pedi ajuda dela na localização da minha família biológica. A Cris comprou um kit de DNA para o pai dela, que hoje tem 75 anos. Ele fez, esperamos mais alguns meses e o resultado dele já era muito mais próximo. Ele foi considerado como tio-avô.

Rogério Galindo: Ele estava chegando mais perto. Daí pra frente foi mais uma longa busca, mais um monte de gente coletando e enviando a própria saliva.

Lior: Ele é tio, então tem mais 5, 6 possibilidades, um deles é meu pai.

Rogério Galindo: E o Lior finalmente descobriu o nome do pai dele: Santino Galdino – que já tinha 63 anos quando o Lior nasceu. Mas ele tinha morrido alguns anos antes, então o Lior não chegou a conhecer ele. Conversando com a família, o Lior descobriu que, nos anos 80, o pai dele tinha acabado de ficar viúvo e ainda tendo uma vida sexual bastante ativa. Daí eles acreditam que o Lior nasceu de um desses romances.

Lior: Sobre a família materna, infelizmente a gente não sabe de absolutamente nada. A família paterna também não sabe de nada. Nenhum deles lembra de um caso de adoção na família, de uma amante grávida, eles não sabem de nada.

Rogério Galindo: Mesmo com o pai já morto, e sem ter conseguido localizar a mãe, o Lior ganhou vários tios e primos nessa empreitada, e vem sempre pro Brasil visitar essa nova família. Mais especificamente: ele vem sempre pra Santa Catarina, que é de onde a família dele é. Como a Sirlei – lembra? – que apareceu aqui agora há pouco, que tinha 14 anos quando a filha dela foi levada. E não é coincidência as duas famílias serem de Santa Catarina. Na verdade, isso pode ajudar a explicar por que eles foram escolhidos pelo esquema da Arlete Hilu.

Domingo Espetacular. Apresentador: Uma entrevista exclusiva. Nossos repórteres ficam frente a frente com Arlete Hilu. Ela foi condenada por formação de quadrilha e envolvimento no maior esquema de tráfico de bebês do país.

Rogério Galindo: Esse é um trecho do Domingo Espetacular, da TV Record, de 2016. E, nessa entrevista, a Arlete não tinha nenhum pudor em falar das exigências dos clientes dela.

Arlete Hilu: Eles exigiam, né, crianças bem branquinhas, olho azul. Eu disse: "Olha, eu acho que vocês estão exigindo muito. Basta que não seja negro, entende?"

Rogério Galindo: "Basta que não seja negro". Sem comentários. O negócio é que, pra Arlete Hilu, o caso era oferta e demanda. Se os clientes dela queriam crianças brancas, o melhor lugar pra ela ir buscar essas crianças era Santa Catarina – que é o estado brasileiro com o maior percentual de pessoas brancas. Nessa entrevista, a Arlete também admitiu que algumas mães se arrependiam de entregar os filhos pra adoção, mas que a quadrilha não aceitava voltar atrás.

Arlete Hilu: E eu perguntava pra ela: "O que é que você quer? O que que você quer? Você tem o dinheiro que você pegou pra me devolver, pra me dar pra eu entregar pro juizado? Você tem o dinheiro?"

Repórter: O que a senhora acha hoje de as pessoas apontarem a senhora como uma das maiores traficantes de crianças que já teve?

Arlete Hilu: Eu não acho nada. Eu dou risada. E digo: "Oba! Fui traficante de crianças e essas crianças estão maravilhosamente bem. Maravilhosamente bem."

Rogério Galindo: Dá pra ver que, trinta anos depois daquela primeira conversa que ela teve com a Elza, a Arlete continuou acreditando – ou pelo menos vendendo essa versão – de que ela estava fazendo filantropia e não exportando crianças pobres como se elas fossem mercadoria. Eu comecei a apurar essa história ainda no final de 2021. Desde então, eu procurei muito a Arlete Hilu. Primeiro sozinho; depois eu pedi ajuda pro meu colega Felipe Aníbal – que tem aquele espírito de repórter perdigueiro, sabe? Cão farejador? A gente começou a busca aqui por Curitiba, indo nos endereços que apareciam nos processos. Nada.

Depois, a gente recebeu a informação de que ela estaria numa casa de repouso daqui. O Felipe pegou uma lista com todos os asilos aqui da região e ligou pra todos, um por um. Nada. Ele também ligou pros advogados que já defenderam ela, mas ninguém tinha mais contato com a Arlete. Daí, nesses grupos de brasileiros adotados no exterior, pipocou que ela estava morando em Piçarras, no litoral de Santa Catarina. E o Felipe foi até lá. Ele passou um dia inteiro em Piçarras, conversou com não sei quantos vizinhos, e tudo isso só pra descobrir que a Arlete tinha sim morado lá – mas que ela já tinha se mudado fazia uns 5 anos.

Ele voltou pra Curitiba, a gente continuou a pesquisa, e chegou a encontrar um filho dela, que mora em outro estado. O Felipe mandou mensagem, se apresentou como jornalista e explicou que estava fazendo uma apuração sobre a Arlete. Pra nossa surpresa, ele respondeu. Dizendo assim – nas palavras dele, abre aspas: "Ela é incapaz, não tem mais domínio mental". Fecha aspas.

O Felipe perguntou se a Arlete tinha sido diagnosticada com alguma doença – mas, a partir daí, a coisa não evoluiu mais. A gente pediu pra entrevistar ele, o filho, e

a última resposta foi: "Não há interesse na entrevista". E acabou aí. Até esse episódio ser publicado, a última informação que a gente recebeu era de que a Arlete estava viva, com 78 anos; e que ela estava em liberdade.

E, assim, uma coisa importante pra lembrar aqui é que a gente pode concordar ou não com a aplicação das leis, mas a Arlete foi condenada — duas vezes, na verdade —, e ela cumpriu pena. Pouco mais de três anos no total. É claro que essa história toda gera revolta. E eu não vou tentar aqui agora mostrar que existe um lado bom nisso tudo, mas teve uns desdobramentos importantes. Porque, no fim, foi um esquema criminoso de proporções tão absurdas que as repercussões não ficaram só no Brasil.

Em 89, a Defence for Children International — uma rede mundial de organizações que atuam na defesa dos direitos das crianças — publicou um documento chamado “Proteção dos direitos de crianças em adoções internacionais”, e o texto mencionava a ligação entre a quadrilha da Arlete e um escritório de advocacia sediado nos Estados Unidos. Esse esquema internacional dela acabou provocando uma discussão global sobre a questão das adoções internacionais. E o caso da Arlete foi um dos casos que acabou motivando, por exemplo, a Convenção Relativa à Proteção das Crianças e à Cooperação em Matéria de Adoção Internacional, de 93.

Aqui no Brasil, essa repercussão influenciou o debate público que culminou na criação do ECA, o Estatuto da Criança e do Adolescente. O ECA estabeleceu regras mais claras pra uma pessoa poder adotar. Foi uma mudança de perspectiva, mesmo. O estatuto prevê toda uma rede de proteção e apoio pra que a criança possa ficar com a família biológica. A adoção é uma coisa excepcional.

Ou seja, a criança só deve ser encaminhada pra adoção quando todas as tentativas de ela ficar com alguém da família já tiverem esgotadas. E esse processo precisa ser autorizado pela família e acompanhado de perto pelo Judiciário. Depois, o ECA ainda serviu de base pra Lei de Adoção, de 2009. E outra coisa importante: essa lei estabeleceu que toda criança e adolescente adotado tem o direito de saber quem é

a família biológica dela, assim que completar 18 anos. Quer dizer: de alguma forma, esse caso influenciou na criação de toda uma teia de cuidados, de protocolos pra adoção. Ok, "burocracia" – você pode tá achando. É claro que quem quer adotar tem pressa. Quem precisa ser adotado tem mais pressa ainda. Mas faz sentido que uma coisa tão séria assim seja tratada na informalidade? Porque protocolo não precisa ser sinônimo de morosidade. E me parece essencial, pra todas as partes, que o processo seja o mais cuidadoso possível.

Sirlei dos Santos: Eu tenho até foto dela, da minha filha aqui – dessa que pode ser minha filha.

Rogério Galindo: Aqui de novo a Sirlei, que a gente ouviu mais cedo. Ela que tinha 14 anos quando engravidou, e a filha foi levada por uma mulher que trabalhava no esquema da Arlete Hilu. Já faz quase 40 anos que isso aconteceu, mas a Sirlei não esquece dessa funcionária da quadrilha.

Sirlei dos Santos: Maria Helena era uma senhora alta. Ela era galega, com os cabelos cacheados e os olhos verdes. Ela usava óculos, no tempo que ela veio buscar minha filha. Uma senhora muito bem-vestida – tanto que eu te falei que eles vieram no carro preto e tinha um chofer, que usava luvas.

Rogério Galindo: De lá pra cá, a Sirlei se casou duas vezes, teve quatro filhos, e ela nunca deixou de procurar essa filha. Em 2018, num desses grupos de Facebook formados pelas vítimas da Arlete Hilu, a Sirlei viu o vídeo de uma mulher brasileira contando que tinha sido adotada ainda bebê por um casal israelense. Um bebê que tinha nascido em Lages, em Santa Catarina – a cidade da Sirlei.

Sirlei dos Santos: Eu olhando a foto, eu vi minha filha recém-nascida, tá? As pessoas mudam. Eu olhando a foto dela, eu não achei parecida comigo, certo? Mas, eu já sofri tanto com isso, que talvez eu não esteja acreditando. A Rita falou: "Sirlei, ela pode não ter os traços, mas pode ser dos teus avós. Tem gente que não é parecido e é filho".

Rogério Galindo: E tinha também outra coisa que chamou a atenção dela. A mulher sabia o nome de quem foi que tirou ela do Brasil: Maria Helena.

Sirlei dos Santos: Eu, pra mim, tinha 100% que era minha filha.

Rogério Galindo: Elas começaram a conversar pela internet e, em 2020, a mulher – o nome dela é Lusiane – veio pro Brasil pela primeira vez, pra conhecer pessoalmente a Sirlei, e pra fazer o teste de DNA.

Sirlei dos Santos: Eu não sabia se eu chorava ou se eu conversava com ela.

Rogério Galindo: A Lusiane ficou hospedada na casa da Sirlei nessa viagem. Elas fizeram o teste. E o resultado saiu.

Sirlei dos Santos: Foi muito triste, porque eu tive a sensação de perder a minha filha outra vez.

Rogério Galindo: Deu negativo. A Sirlei estava no trabalho quando ela recebeu a ligação.

Sirlei dos Santos: No momento que eu falei com o rapaz que me passou, eu disse que eu não ia desistir; mas, depois, caiu, desabei. A minha patroa perguntou se eu queria vir pra casa, se queria ficar uns dias em casa; eu disse que não, que eu queria continuar trabalhando pra ocupar minha cabeça.

Rogério Galindo: O resultado acabou não sendo o que elas esperavam. Mas a Sirlei e a Lusiane mantêm contato até hoje. O curioso é que a Sirlei não fala inglês e muito menos hebraico. E a Lusiane não entende nada de português. Elas se falam usando aplicativos de tradução, trocam muitas figurinhas de WhatsApp e – principalmente – fotos. E a Sirlei continua procurando a filha dela.

Rogério Galindo: Tem gente que compara ter um filho desaparecido com ter uma pontada num membro que foi amputado. Por sorte, eu não tenho ideia se essa metáfora se aplica. Mas eu consigo ver o impacto dessa história, dessa manipulação que a Arlete Hilu e a quadrilha dela fez no destino de tanta gente.

Lior: Em algum momento, 4 anos atrás, por aí, eu desisti da minha história, eu não queria mais procurar, eu queria me afastar de todo esse assunto. Na hora que eu recebi o resultado de DNA com minha tia de primeiro grau, pra mim já me completou, esse resultado me completou. Desde 2012, eu viajo ao Brasil uma a duas vezes por ano, pra visitar, pra passear, pra curtir a sensação de andar pelas ruas do Brasil, ver pessoas, escutar a língua portuguesa, tomar uma cerveja, fazer bate-papo rápido assim com pessoas na rua. E quem sabe um dia eu vou me mudar pra morar no Brasil, eu acho que essa mudança é inevitável e também seria minha última parada, com certeza.

Rogério Galindo: Quando eu falei com uma conhecida que a gente ia começar a dar uma olhada nessa história e tal, ela falou: "Meu Deus, o maior pavor da minha mãe era Arlete Hilu".

Elza Oliveira: Era uma coisa de ficar botando as crianças debaixo das asas, que já é uma tônica geral das mães normalmente. Aqui em Curitiba nesse tempo era uma coisa muito maluca, que daí vai repercutir, inclusive no caso Guaratuba, as bruxas de Guaratuba, tá tudo dentro desse caldo de cultura né, dessa coisa, desse pavor, da população aqui desde dos anos 80, em torno do desaparecimento de crianças.

Rogério Galindo: Não deixa de ser curioso tá aqui falando de desaparecimento de crianças nos anos 80 num podcast – sendo que esse assunto entrou no imaginário de tanta gente com o Caso Evandro, do Ivan Mizanzuk, que também fica aqui em Curitiba. E esse “caldo de cultura” paranaense, que a Elza falou, calou fundo nela também, claro. Lembra que ela se meteu nessa história porque ela estava numa

consulta no ginecologista, em 82? Ela estava justamente tirando o Diu pra engravidar da terceira filha dela.

Elza Oliveira: Então, parte da cobertura desses primeiros episódios eu fiz já gestando também. A sensação de perda dessas mães era uma coisa que me tocava e continua me tocando. É uma perda muito, muito dolorida né, nossa.

Rogério Galindo: Até porque muitos dos casos nunca foram solucionados.

Elza Oliveira: Sim, muitos casos que não foram solucionados. Muito mais do que a gente imagina.

Branca Vianna: Esse foi o Rogério Galindo, cofundador do Jornal Plural, de Curitiba. Ele apurou essa história com o Felipe Aníbal numa parceria com o Rádio Novelo Apresenta.

E o episódio dessa semana tá ficando por aqui. Obrigada por ter ouvido. Se você ainda não tá seguindo o Rádio Novelo Apresenta no seu aplicativo de podcast preferido, aproveita pra já fazer isso. Assim você não perde nenhum episódio, e a gente vai tá com você toda quinta-feira. Se você tá gostando, a gente agradece se você puder dar cinco estrelas no seu aplicativo de podcasts, porque isso ajuda a gente a chegar a cada vez mais gente.

No nosso site, radionovelo.com.br, tem material extra e referências pra cada episódio. Essa semana, tem links pra reportagens sobre o caso Arlete Hilu, e também trailers dos filmes pavorosos sobre as abelhas assassinas, com a curadoria da Sarah Azoubel. Se você tem uma história pra mandar pra gente, o nosso e-mail é apresenta@radionovelo.com.br. Também dá pra marcar a gente nas redes, no arroba radionovelo.

O Rádio Novelo Apresenta é um original da Rádio Novelo. A gente tem o apoio da Open Society Foundations. Tem episódio novos toda quinta-feira. A direção criativa é da Paula Scarpin e da Flora Thomson-DeVeaux, e a produção executiva é do Guilherme Alpendre. Nesse episódio, a gente usou música original da Luna França, e também da Blue Dot. A gerência de criação é do Tiago Rogero, a executiva é da Marcela Casaca e a de produto e audiência é da Juliana Jaeger. Nossos produtores sênior são o Vitor Hugo Brandalise, a Évelin Argenta e a Bia Guimarães. As produtoras da nossa equipe são Bárbara Rubira, Gabriela Varella, Júlia Matos e Natália Silva. A checagem deste episódio foi feita pela Marcella Ramos e pelo Gilberto Porcidonio. A Mariana Leão colaborou na montagem. A Paula Scarpin fez o desenho de som. A mixagem é do Pipoca Sound. O desenvolvimento de produto e audiência é feito pela FêCris Vasconcellos e pela Bia Ribeiro. O Eduardo Wolff é responsável pelo conteúdo e engajamento das nossas redes sociais, e o design das nossas peças é do Mateus Coutinho.

Obrigada, e até a semana que vem.